

HEGEMONIA E CONFLITO NO PÓS-GUERRA FRIA: A CONSTRUÇÃO DO INIMIGO E A PERPETUAÇÃO DA GUERRA¹

“Nós vamos lhes fazer o pior dos favores, privá-los de inimigos!”

Alexander Arbatov²

CHARLES PACHECO PIÑON
Capitão de Corveta (FN)

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o mundo pôde contar com a paz imposta pelo medo nuclear. A certeza de que haveria uma destruição mútua dos contendores fazia com que norte-americanos, soviéticos e respectivos aliados evitassem resolver disputas políticas por meio da guerra. A possibilidade de um conflito regional transformar-se em uma guerra nuclear global fazia com que os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) cuidassem de conter seus respectivos aliados e limitar a escalada das disputas no interior de suas áreas de influência. Era a paz propiciada por aquilo que

antagonicamente ficou conhecido como a Guerra Fria[1] (1947-1989).

Com o término da Guerra Fria, a estabilidade mundial dá origem a uma série de conflitos locais, tais como a guerra na Iugoslávia, a crise da Somália, a luta pela independência do Timor-Leste, a desestabilização do Haiti, entre outros, em que os atores, anteriormente contidos pelas superpotências, passam a encontrar autonomia para reivindicarem, pelas armas, as demandas que há muito estavam contidas pelo medo da guerra nuclear[2].

Tal cenário foi possível graças à dissolução da URSS, que criou um vazio de

1 Adaptação de trabalho acadêmico apresentado à Escola de Guerra Naval como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

2 Diplomata soviético referindo-se aos EUA após a queda do Muro de Berlim. Ver em CONESA, Pierre. “O pensamento estratégico europeu.” Disponível em:<<http://www.diplomatique.org.br/artigo.phd?id=570>>

poder no cenário internacional, permitindo o surgimento de novos atores, tais como: grupos criminosos transfronteiriços, terroristas e os chamados “Estados falidos”, que são aqueles que se prestam, por meio do uso da violência (inclusive da ameaça nuclear), a confrontar e desafiar a política intervencionista norte-americana[3].

Nesse mesmo contexto, os EUA ocupam a posição de potência hegemônica, fazendo prevalecer seus interesses por meio do emprego da força bélica e da retórica da “segurança nacional”. Com isso, tentam justificar, em uma era de múltiplas transformações, a inevitabilidade dos conflitos para a consecução dos seus objetivos políticos e econômicos.

Segundo o General francês Eric de La Maisonneuve[4], a URSS possuía todas as qualidades de um bom inimigo: sólido, constante, coerente. Além do mais, era militarmente parecida com os países do ocidente (EUA e seus aliados europeus), uma vez que seguia o modelo clausewitziano[5] de guerra. Portanto, apesar de imprevisível, era um inimigo conhecido. É dessa forma que eram vistos os soviéticos e seus aliados durante a Guerra Fria.

Com a afirmação da hegemonia norte-americana e o término da disputa nuclear com a URSS, inclusive com a dissolução desta, o mundo se fragmentou ideologicamente. Os EUA surgiram então como uma potência única, hegemônica, com capacidade militar e econômica para intervir em qualquer parte do planeta. Desse momento em diante, a potência norte-americana impõe uma nova ordem mundial. Com o

amplo emprego dos meios bélicos disponíveis, os EUA levam a cabo uma política internacional que oscila entre “ações de segurança” do próprio território e a suposta “punição” de tiranos não alinhados com seus interesses. Sempre na tentativa de legitimar suas ações militares por meio das resoluções e dos mandatos emitidos pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) ou pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), os EUA passam a exercer aquilo que Philippe Leymarie chamou de “guerra por procuração”. [6]

Com a afirmação da hegemonia norte-americana e o término da disputa nuclear com a URSS, inclusive com a dissolução desta, o mundo se fragmentou ideologicamente

Outra necessidade surge da ausência do inimigo soviético: é a criação de um inimigo que justifique um sistema de defesa já existente, minuciosamente delineado por uma meticulosa análise de riscos. Assim, os norte-americanos foram ao Iraque em 1991 e libertaram o Kuwait.

Parecia que a questão já estava resolvida: a ameaça viria do Oriente Médio, em substituição àquela que antes vinha do leste europeu. Uma simples reorientação geográfica parecia permitir a manutenção de um quadro estratégico e de meios idênticos ao anterior. Porém, a grande diversidade cultural existente naquela região, inclusive com a presença de alguns aliados dos EUA, como a Arábia Saudita, mostrou que a criação do inimigo pelo simples posicionamento geográfico não era tarefa tão simples assim. Portanto, aquilo que Samuel Huntington chamou de “choque de civilizações” não se sustentava como a única justificativa plausível para o emprego do poderio bélico norte-americano. A substituição da URSS no papel

de inimigo prioritário mostrava-se muito mais complexa.

Foram os atentados de 11 de setembro de 2001, nos EUA, que trouxeram a certeza para aquele país da existência de um inimigo bem diferente daquele que estavam acostumados a confrontar, de um inimigo móvel, transnacional ou infranacional, um inimigo que não está conformado por um Estado-nação, mas que pode ser uma ideologia, uma religião ou um grupo criminoso. Marwan Bishara[7] nos explica que esses grupos não estatais possuem uma fluidez que lhes garante o emprego dos modernos meios de comunicação, da mídia e da internet. Utilizam armas sem nenhuma sofisticação, como barcos de pesca, bombas caseiras e aviões civis, tudo de forma eficaz e de difícil detecção. Utilizam-se amplamente do mundo globalizado e, por não serem Estados, não estão vinculados a nenhum organismo internacional representativo, o que faz com que eles possuam uma margem de manobra que os Estados-nação não possuem.

Ainda segundo Bishara, além dos grupos terroristas ou criminosos, os EUA se veem ameaçados pela existência daquilo que George W. Bush chamou de Estados delinquentes, que são aqueles Estados capazes de usar vetores balísticos com cargas nucleares, químicas ou bacteriológicas contra o território ou os interesses norte-americanos, ou ainda, devido a sua ingovernabilidade, podem servir de base de apoio a grupos criminosos transnacionais. Tudo para justificar as subvenções dadas ao setor militar, e que tinham por propósito a criação de um escudo de defesa antimísseis destinado a se opor às ameaças desses Estados.

Sobre a utilidade da guerra, Bouthol[8] nos ensina que ela pode ser um importante elemento impulsionador da tecnologia. Assim escreve:

A guerra também tem um papel difusor dos pontos de vista técnicos. Os romanos

aprenderam a arte náutica e a construção naval para combater contra Cartago; da mesma forma, os pele-vermelha adotaram a criação de cavalos. Nos dias de hoje, todas as nações se empenham em seguir a corrente dominante das técnicas e dos meios de destruição, e se copiam sem nenhum melindre.

Diante dessas e de outras características que buscam apresentar uma aparente utilidade para as guerras, os Estados enfrentam o desafio de identificar qual tipo de guerra deve ser travada, de modo a justificar a existência de um inimigo que lhes seja útil e, ao mesmo tempo, legítimo.

Entre as teorias que tentam explicar as possíveis causas do surgimento das guerras está o pensamento “realista”. O cientista político norte-americano J. Levy afirma que, de acordo com essa teoria, o sistema internacional é anárquico e as guerras surgem quando há alterações significativas na distribuição de forças dentro desse sistema. Segundo Levy, o problema está na lógica de transferência de poder, em que potências decaem e Estados que antes eram secundários passam a exercer um papel central no sistema. Todas essas alterações acabam também por influenciar a dinâmica das alianças, que, ao se modificarem, perturbam o equilíbrio de forças.[9]

No contexto de distribuição de forças nessa nova ordem mundial, surgem os EUA como potência hegemônica e sem limites para a consecução dos objetivos de sua política externa.

As teorias econômicas a respeito das vantagens da guerra impulsionam ainda mais o projeto norte-americano para o mundo. Nessa mesma linha de raciocínio, Bueno Mesquita apresenta uma teoria utilitarista para a guerra, segundo a qual calcula-se a vantagem de se entrar em guerra sob a perspectiva das vantagens

econômicas mediatas que podem ser nela obtidas. Porém não se pode alegar como justa uma guerra fundamentada na apropriação de riquezas alheias. Então surgem os dilemas de segurança, da necessidade da democracia como elemento pacificador do mundo[10], da luta pelo respeito aos direitos humanos etc. Tenta-se de toda forma fundamentar o início de uma guerra com base nos princípios e nos valores aceitos pelo direito internacional, vistos como legítimos para o emprego da força.

Tanto os grupos infranacionais criminosos quanto os Estados delinquentes têm um objetivo em comum, que é enfraquecer a soberania dos Estados e a hegemonia global dos EUA, inclusive destruindo-o[11]. Isso pode ser entendido como uma das consequências do fim da Guerra Fria. Os países que pertenciam ao bloco soviético, ao se encontrarem fora do controle da URSS, viram a possibilidade de reavivarem antigas disputas que não eram passíveis de demanda no âmbito da bipolaridade. Simultaneamente, grupos religiosos radicais assumem o desígnio de lutar, por todos os meios possíveis e imagináveis, uma guerra

que chamam de santa (*Jihad*) e que vê na política externa norte-americana a maior expressão do mal na vida terrena.

Não importa o quanto o mundo mude ou seja interligado por redes de informação e comércio. A evolução das sociedades altera todo o tempo as dinâmicas de poder no contexto mundial. Da disputa pelo controle de um país, surgem dois novos Estados; é da garantia do abastecimento de energia que surge a intervenção em nome da democracia ou dos direitos humanos; é das nações sem governo e deixadas à margem da comunidade internacional que surgem os grupos criminosos, as armas nucleares ou químicas sem controle e, com elas, a ameaça à ordem mundial vigente. São essas mudanças no contexto global pós-Guerra Fria, tendo guerra e conflito como suas inevitáveis consequências, que nos fazem afirmar a perenidade dos conflitos, pois como bem nos ensina Marwan Bishara, ao referir-se aos atentados de 11 de setembro de 2001, não são os conflitos que mudam o mundo, eles apenas “refletem as transformações de um mundo que muda e que é preciso tentar entender”. [12]

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<GUERRA>; Guerra Fria; Crise;

REFERÊNCIAS

- [1] Cf. Glossário das Forças Armadas – define-se a Guerra Fria como a situação de confrontação aberta entre duas nações ou grupos de nações, não caracterizada como guerra limitada, guerra geral ou total, mas como a adoção de medidas de hostilidades (restritivas, punitivas e coativas) em todos os campos do poder, exceto no poder militar. Pode ser usada na luta pela hegemonia entre Estados ou coligações de Estados.
- [2] CONESA, Pierre. “La fabrication de l’ennemi. Manière de voir”. *Le Monde diplomatique*. Paris, nº 126, dez. 2012 – jan. 2013.
- [3] BISHARA, Marwan. “Um inimigo difuso”. *Le Monde diplomatique*. Brasil, São Paulo, out. 2001. Disponível em: <www.diplomatique.org.br>. Acesso em: 22 mar. 2013.
- [4] CONESA, *Op. cit.*, p. 48.
- [5] Luigi Bonanate conceitua a guerra clausewitziana como sendo um ato de violência com o qual se pretende obrigar o nosso oponente a obedecer a nossa vontade. BONANATE, Luigi. *A guerra*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 30.
- [6] LEYMARIE, Philippe. “Par procuration. Manière de voir”. *Le Monde diplomatique*. Paris, nº 126, dez. 2012 – jan. 2013.
- [7] BISHARA, *Op. cit.*, p. 2.
- [8] BOUTHOL, Gaston. *Tratado de Polemologia*. Madrid: Ediciones Ejército, 1984. p. 65.
- [9] BONANATE, Luigi. *A guerra*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 106.
- [10] *Ibidem*, p. 145-148.
- [11] BISHARA, *Op. cit.*, p. 3.
- [12] *Ibidem*, p. 5.